

CONTRIBUIÇÕES DE ÉLISÉE RECLUS AO DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

<https://doi.org/10.4215/rm2020.e19026>

Sergio Aparecido Nabarro ^{a*}

(a) Dr. em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2179-0710>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8538298464713169>.

Article history:

Received 20 April, 2020
Accepted 11 August, 2020
Publisher 15 November, 2020

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: 191, rue Saint-Jacques - 75231 Paris. Tel (+33)01443214 00.
E-mail: sergionabarro@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o aporte elaborado pelo anarquista-geógrafo francês (Élisée Reclus) sobre assuntos específicos ligados à questão agrária. Para isso, a partir da vasta obra do intelectual libertário, foram selecionados os textos políticos e geográficos aos quais ele abordou com maior a apropriação privada da terra e a questão camponesa a partir dos pressupostos ácratas. Entre os resultados destaca-se a importância da união e a centralidade da luta dos trabalhadores (rurais e urbanos) contra Estado e capital e o potencial dos camponeses como agentes e protagonistas deste processo.

Palavras-chave: Élisée Reclus; Pensamento Ácrata; Propriedade Privada; Questão Agrária; Campesinato.

Abstract / Résumé

ÉLISÉE RECLUS CONTRIBUTIONS TO THE DEBATE ABOUT THE AGRARIAN QUESTION

The purpose of this article, is to analyze the contribution made by the French anarchist-geographer (Élisée Reclus) on specific issues related to the agrarian question. For this, from the vast work of the libertarian intellectual, the political and geographic texts were selected, which he approached with greater private appropriation of the land and the peasant question based on the atrocious assumptions. Among the results, the importance of unity and the centrality of the struggle of workers (rural and urban) against the State and capital and the potential of peasants as agents and protagonists of this process stand out.

Keywords: Élisée Reclus; Anarchist Thought; Private Property; Agrarian Question; Peasantry.

CONTRIBUTIONS D'ÉLISÉE RECLUS AU DÉBAT SUR LA QUESTION AGRAIRE

L'objectif de cet article est d'analyser la contribution de l'anarchiste-géographe français (Élisée Reclus) sur des questions spécifiques liées à la question agraire. Pour cela, à partir du vaste travail de l'intellectuel libertaire, les textes politiques et géographiques ont été sélectionnés, qu'il a abordés avec une plus grande appropriation privée de la terre et la question paysanne du point de vue anarchiste. Parmi les résultats, l'importance de l'unité et la centralité de la lutte des travailleurs (ruraux et urbains) contre l'État et le capital et le potentiel des paysans en tant qu'agents et protagonistes de ce processus sont mis en évidence.

Mots-clés: Élisée Reclus; Pensée Anarchiste; Propriété Privée; Question Agraire; Paysannerie.

INTRODUÇÃO

O anarquista francês Jacques Élisée Reclus (1830 - 1905) é considerado um dos mais importantes geógrafos do século XIX, responsável por uma vasta obra sobre temas relacionados à ciência geográfica, à sociologia e aos fundamentos do pensamento ácrata. No entanto, embora tenha sido contemporâneo de grandes pensadores da Geografia acadêmica – Alexander von Humboldt (1769 - 1859), Carl Ritter (1779 - 1859), Friedrich Ratzel (1844 - 1904) e Paul Vidal de La Blache (1845 - 1918) –, seu pensamento foi delineado fora das universidades e dos institutos de pesquisa, mas no debate político e na militância contra as instituições do poder constituído (Estado, Igreja e Capital). Além disso, tanto em seus dois longos períodos no exílio, quanto em suas grandes viagens de coleta de dados para a redação de sua maior obra, nas quais passou pelos continentes americano, europeu, asiático e africano, teve contato e conseguiu compreender realidades muito distintas da francesa. Por conseguinte, o conhecimento produzido por ele não teve as preocupações acadêmicas mais latentes da época: respeito aos limites entre as áreas do conhecimento e ao objeto de pesquisa de cada uma delas. Sua visão de geografia, portanto, foi conformada a partir da análise dos fenômenos, em diversas regiões da Terra, em sua dinâmica e totalidade, negando assim as dicotomias acadêmicas do pensamento geográfico europeu do final do século XIX (Geografia Física X Geografia Humana, ambiente X sociedade etc.).

Seu método de análise também é muito distinto dos seus contemporâneos. Elaborado com base nos pressupostos ácratas (defesa da liberdade, promoção da consciência dos cidadãos e do coletivismo, combate às formas de poder, hierarquia e propriedade), analisa os fenômenos a partir do movimento dialético baseado na sucessão evolução-revolução, ou seja, situados em uma espécie de espiral civilizatória composta por períodos consecutivos de mudança nas relações sociais (evolução), às quais promovem o questionamento do que está posto, e por períodos de ruptura com os pilares da organização social vigente (revolução), o que leva à fundação de novas bases sociais. E a análise a partir desta relação ocorre por meio de três variáveis, chamadas por ele de leis, que compõem sua tríade analítica: a “luta de classes”, a “busca do equilíbrio” e a “decisão soberana do indivíduo” (RECLUS, 1905, p. III-IV).

A análise teórico-metodológica de Reclus buscou compreender as implicações políticas, sociais e territoriais da expansão capitalista na segunda metade do século XIX e, diante deste cenário, a questão agrária foi um dos temas mais relevantes. O processo de declínio das áreas comunais camponesas, a precarização das relações de trabalho no campo em virtude da expansão da propriedade privada da terra e a concentração fundiária foram elementos fundamentais para instigar seu interesse na compreensão da problemática. Entendeu a questão agrária como elemento essencial de sustentação da lógica capitalista, portanto, algo que os revolucionários deveriam combater para a fundação de uma sociedade mais justa.

De acordo com nossos levantamentos e os apontamentos de Zaar (2015), alguns temas voltados à questão agrária são bastante recorrentes na obra de Reclus, a saber: crise do regime de terras comunais, importância social da propriedade camponesa, a apropriação e o uso da terra nas ex-colônias europeias e o papel dos camponeses na revolução. A partir destas temáticas, buscamos como metodologia para a elaboração deste trabalho analisar as obras mais relevantes que abordaram estes assuntos. É importante salientar que, embora a produção do autor seja vasta, priorizamos os textos com maior viés político e metodológico. Assim, das três grandes obras geográficas do pensador – *La Terre* (A Terra), *Nouvelle Géographie Universelle* (Nova Geografia Universal) e *L’Homme et la Terre* (O Homem e a Terra) – apenas a última foi analisada com maior profundidade tendo em vista que as duas primeiras, mesmo com toda importância e densidade, foram escritas sob a preocupação do autor de não politizar explicitamente seus conteúdos naquele momento (FERRETTI, 2014 e 2018). Além disso, antes de serem publicadas, foram submetidas à “leitura crítica” que poderia promover mudanças e/ou supressão de conteúdo. Já a terceira, a mais importante do ponto de vista metodológico, analisa entre outros temas a importância da propriedade privada enquanto alicerce do modo capitalista de produção, sendo, portanto, essencial para o estudo da questão agrária. Textos, cartas e panfletos/manifestos escritos pelo autor também foram analisados.

Com objetivo de melhor organizar as análises desenvolvidas neste artigo, facilitando a compreensão do leitor, dividimos o texto em três partes. A primeira, uma contextualização, versa sobre a centralidade da questão agrária no debate social e econômico do século XIX, que, por sua vez, permaneceu quase que totalmente centrado no embate entre liberais e socialistas. A segunda parte é

dedicada à apreciação dos apontamentos ácratas de Reclus sobre a propriedade privada da terra, entendida como fundamental para a concentração da riqueza e do poder, legitimada historicamente por Estado e Igreja. Por fim, a terceira parte é dedicada exclusivamente ao entendimento da questão camponesa sob a ótica de Reclus.

LIBERAIS E SOCIALISTAS: O DEBATE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XIX

A consolidação do capitalismo industrial e as profundas transformações econômicas, políticas e sociais engendradas por ela entre os séculos XVIII e XIX foram objeto de inúmeros debates, estudos e reflexões, com destaque para aquelas situadas no debate entre os liberais e os socialistas.

Desde a Revolução Gloriosa de 1688, na Inglaterra, originada pelo embate entre o rei católico Jaime II e os burgueses protestantes, o pensamento liberal assumiu também uma dimensão político-econômica. Entre as premissas que sustentam sua doutrina estão: defesa da liberdade dos indivíduos e de sua igualdade perante a lei, livre iniciativa comercial, limitação do poder do Estado e defesa da propriedade privada (ECCLESAHLL, 2011). A doutrina liberal, portanto, ancorada na corrente filosófica do individualismo, busca consolidar um novo modelo de organização social que rompia definitivamente com os resquícios feudais, ancorados no poder totalitário de um monarca e que não fazia distinção entre Estado e religião.

Ao organizar a sociedade a partir destas premissas, o pensamento liberal se encaixou perfeitamente à nova realidade econômica imposta pelo desenvolvimento do capitalismo industrial europeu. Ocorre, porém, que a desigualdade social foi ampliada. Mas, para os liberais, o sucesso dos negócios e a ampliação da propriedade privada gerariam empregos e arrecadação de tributos em benefício de toda a sociedade (MARQUES NETO, 2009). A partir dessa premissa, a desigualdade entre os homens é entendida como algo natural nas sociedades e as diferenças econômicas e sociais entre os indivíduos estão relacionadas ao fracasso ou sucesso pessoal, ou seja, defendem a ideologia da prosperidade pelo trabalho. Restaria aos trabalhadores ter uma postura colaborativa em relação aos padrões para, quem sabe um dia, tornar-se um deles.

A partir dos pressupostos liberais é fundada uma nova compreensão para cidadania, na qual o indivíduo é uma finalidade em si mesmo e não um sujeito que tem sua vida decidida por governantes instáveis que agem de acordo com os seus interesses. É, sobretudo, este debate que irá sustentar a defesa intransigente da propriedade privada, considerada um direito inalienável, que consolidou as premissas que fundamentavam o liberalismo enquanto modelo de organização social (NABARRO, 2014). Por conseguinte, a preservação dos bens seria o alicerce para a garantia da liberdade dos indivíduos, assim como da estabilidade econômica e do desenvolvimento da sociedade.

Entretanto, a concentração da riqueza e a ampliação das desigualdades sustentaram outras interpretações sobre a dinâmica socioeconômica do capitalismo e suas consequências, sendo a socialista a de maior destaque.

Para o pensamento socialista – ancorado na premissa do filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778) de que a sociedade deveria ser uma comunidade harmônica composta por indivíduos em igualdade (ROUSSEAU, 1962) – as desigualdades não são naturais e não podem ser naturalizadas porque são produtos de relações sociais injustas. Portanto, de forma alguma, há que se considerar a pobreza como resultado de um fracasso pessoal ou da falta de trabalho, mas a partir do desenvolvimento desigual entre os indivíduos que no modo capitalista de produção ocorre pela concentração da propriedade privada da terra e dos meios de produção, bem como pela exploração e precarização das relações de trabalho impostas por sua dinâmica.

Sobre a propriedade privada, a contribuição mais conhecida foi a de Karl Marx, influenciado pelos escritos de Proudhon (1841) e Hegel (2003). Embora estes dois pensadores possuam profundas divergências em relação à compreensão do Estado, foram bastante críticos em relação à organização social que estava posta na primeira metade do século XIX. Proudhon defendia o fim do Estado e da propriedade privada, considerada por ele como um roubo. Para Hegel, o desenvolvimento do Estado seria mais justo e adequando se estivesse baseado na propriedade agrária de tradição familiar.

Para Marx, a organização político-jurídica liberal tornou a propriedade privada a essência de uma sociedade excludente, na qual costumes tradicionais, sobretudo da população rural, foram sumariamente desconsiderados pelos legisladores (MARX, 1975). Além disso, aponta uma total incoerência em relação aos dispositivos legais no tocante aos “roubos” de madeira, em tese, praticados por camponeses em terras de grandes proprietários ligados à indústria urbana. Aponta que, ao não diferenciar a extração de madeira (derrubada de árvores) do recolhimento de madeiras do chão (prática tradicional camponesa) a lei enquadrava qualquer atitude como roubo. Desta forma, o legislador, na realidade, criou um aparato legal protetor da propriedade privada e condenatório de práticas tradicionais camponesas, sobretudo as coletivas. (MARX, 1975; VIEIRA, 2019)

A realidade imposta por uma organização social, política e jurídica liberal resultou na expulsão de grandes contingentes de camponeses, que se proletariaram nas cidades, e em uma brutal concentração da propriedade privada da terra no contexto europeu entre os séculos XVIII e XIX (HOBSBWAM, 1983). E, com a intenção de compreender a gênese e os reflexos destas profundas transformações, vários estudos com viés socialista foram desenvolvidos. No entanto, embora considerassem a questão agrária também como componente da gênese dos problemas urbanos, a maior parte destes estudos, inclusive os de Marx, estiveram centrados no aprofundamento da questão urbano-industrial: concentração dos meios de produção, precarização do trabalho na indústria etc.

Porém, a partir dos desdobramentos da grave crise econômica da década de 1870, iniciada em 1873 com a dissolução da Bolsa de Valores de Viena, que promoveu uma grave crise na atividade agrícola, posteriormente refletida na atividade industrial, a análise da questão agrária passou a ser considerada central para os socialistas.

Com os reflexos da crise atingindo praticamente toda a Europa entre as décadas de 1880 e 1890, coube aos intelectuais seguidores de Marx o estudo da questão agrária e a apresentação de uma alternativa socialista para a crise.

Para elaboração da proposta socialista, vários encontros foram organizados – Marselha (1892), Nantes (1894), Zurique (1893), Bruxelas (1893), Frankfurt (1894) e Bratislava (1895). Nestas reuniões, os socialistas reconheceram que o espaço agrário era tão importante para a reprodução ampliada do capital quanto a indústria. Decidiram elaborar uma proposta centrada na compreensão da situação dos camponeses frente ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Mas, após o encontro de Bratislava houve o reconhecimento de que a proposta socialista carecia de uma análise teórica mais profunda e consistente (KAUTSKY, 1986). Além disso, era preciso compreender as especificidades do processo de penetração das relações capitalistas no campo europeu no qual a realidade do leste, como no caso russo, era distinta dos países da porção ocidental, como no caso da recém-unificada Alemanha. Diante destas especificidades, duas obras consistentes foram publicadas no ano de 1899: A Questão Agrária, de Karl Kautsky, e O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, de Vladimir Lênin.

Para Kautsky (1986), o avanço do capitalismo no campo é um processo irreversível, sobretudo após a penetração da lógica da ampliação da produção e da propriedade privada a partir do emprego de técnicas modernas, inseridas em uma lógica industrial. Neste contexto, a pequena produção alimentar camponesa daria lugar à moderna agricultura capitalista, pautada na propriedade privada da terra e no assalariamento. Em suas palavras: “a prosperidade da agricultura e a persistência dos modos de economia camponesa são dois conceitos que se excluem no modo de produção capitalista desenvolvido” (KAUTSKY, 1986, p. 63). No entanto, reconhece que durante o processo de desaparecimento dos camponeses e da pequena propriedade poderiam surgir novas relações que o retardaria, mas o fim dos camponeses e a expansão territorial da grande propriedade capitalista seriam fenômenos inevitáveis em virtude da consolidação da lógica capitalista. Sabia, portanto, que o processo não ocorreria de forma linear, ou seja, teria seus meandros em decorrência de inúmeros fatores. A coexistência entre a grande propriedade capitalista e a pequena propriedade camponesa só poderia se justificar pela complementaridade, ou seja, no bojo da penetração das relações capitalistas de produção no espaço agrário, a pequena propriedade camponesa não seria concorrente da grande propriedade capitalista, mas estaria subordinada a ela.

Partindo da realidade russa da segunda metade do século XIX, Lênin (1985) fornece outra importante contribuição ao debate teórico sobre a questão agrária. Fiel ao marxismo clássico, duas questões fundamentais serviram como fio condutor para sua análise: compreender o processo de

desenvolvimento do capitalismo na Rússia e o destino dos camponeses nesta sociedade. É importante salientar que ao estudar estas duas questões, Lênin tinha por objetivo criar a base teórico-ideológica para a Revolução Russa, ocorrida anos mais tarde. Para ele, com o avanço do capitalismo no contexto russo e a formação dos mercados, inclusive de terras, a pequena propriedade seria desintegrada e, junto com ela, os camponeses. Esse processo se realizaria de duas maneiras: de um lado, alguns camponeses enriqueceriam passando a integrar uma burguesia rural, de outro, camponeses médios e pobres seriam expropriados se convertendo em proletários rurais ou urbanos. Para Lênin, portanto, quanto maior for o desenvolvimento do modo capitalista de produção, mais problemática será a questão agrária porque, inevitavelmente, haverá a ascensão da grande propriedade, sua aproximação com a lógica industrial e a desintegração dos camponeses.

Fies às premissas marxistas, Kautsky e Lênin demonstraram a centralidade do debate da questão agrária para a compreensão das transformações sociais e econômicas impostas pela dinâmica do capitalismo na Europa. Além disso, situaram a questão da propriedade privada e a questão camponesa como protagonistas do debate.

Por conseguinte, enquanto que para os socialistas marxistas a questão da propriedade privada da terra é central no debate da questão agrária, para os liberais, a concentração fundiária, a precarização do trabalho e o fim dos camponeses e de suas relações e tradições fazem parte do processo normal de desenvolvimento da economia de mercado. Mas, paralelamente a este debate, outras linhas interpretativas foram desenvolvidas, entre elas a anarquista, da qual Élisée Reclus foi partidário. Mas, qual a importância da questão agrária para um geógrafo ácrata? Qual o papel da classe camponesa frente ao desenvolvimento do capitalismo sob a ótica anarquista?

O DEBATE ANARQUISTA DE ÉLISÉE RECLUS SOBRE A TERRA

Até 1850, as atenções do jovem Reclus estavam voltadas à compreensão dos fundamentos do anarquismo e do ateísmo. A liberdade em seu sentido ácrata, foco de suas leituras, foi, naturalmente, o tema abordado em primeiro texto político, intitulado *Développement de la Liberté dans le Monde* (Desenvolvimento da Liberdade no Mundo). No entanto, entre 1851 e 1852 – início do seu primeiro exílio, trabalhando como administrador em uma fazenda na Irlanda – percebeu que a terra era fundamental para a garantia da liberdade dos cidadãos (FERRETTI, 2014 e 2016). O processo de expropriação dos camponeses irlandeses por grandes proprietários ingleses, ocorrido no bojo da grave crise econômica que atingia a Irlanda, despertou em Reclus a centralidade da questão agrária para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo e da penúria social camponesa na Europa. Percebeu a importância da terra tanto para a consolidação do modo capitalista de produção quanto como potencial elemento para subsidiar a eclosão de uma revolução que transformasse a sociedade por meio da promoção da justiça social. (CHARDAK, 1997; PELLETIER, 2013; SARRAZIN, 2004)

Entre 1853 e 1855, quando trabalhou como preceptor dos filhos de um grande fazendeiro escravista no sul dos Estados Unidos, Reclus compreendeu mais profundamente o protagonismo da propriedade privada da terra na reprodução das relações capitalistas e seus impactos no espaço agrário (BRUN, 2014). A realidade imposta a ele foi tão impactante – de um lado fazendeiros, apoiados pela igreja e pelo Estado, concentrando grandes porções de terras onde predominava a monocultura, de outro, trabalhadores escravizados sem qualquer direito assegurado – que o fez abandonar o trabalho e cruzar parte do continente americano até chegar à Nova Granada (atual Colômbia) onde tentou, sem sucesso, criar um projeto de colonização no qual predominaria a pequena propriedade, a policultura e, sobretudo, o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. (VINCENT, 2010; ZAAR, 2015)

Destas experiências pessoais e do amadurecimento intelectual a partir do estudo dos pressupostos ácratas, nas décadas seguintes a questão agrária passa a ser um dos temas mais recorrentes em seus escritos políticos. Extremamente fiel aos princípios do anarquismo de Pierre-Joseph Proudhon, além de posicionar-se contrário à propriedade privada e as estruturas do poder constituído (Estado, Igreja e Capital), Reclus criou um método de análise próprio que lhe permitiu uma interpretação bastante particular da questão agrária. Para ele, os fenômenos apenas podem ser compreendidos a partir da análise de sua dinâmica, ou seja, parte do pressuposto de que estão sempre em movimento gerado pelo

par dialético evolução e revolução, entendido como atos sucessivos de mesmo processo (RECLUS, 1880b e 1902). Sua teorização metodológica parte do princípio de que evolução e revolução não são conceitos antagônicos ou dicotômicos, mas complementares. Refuta os entendimentos mais usuais do século XIX que classificavam evolução como sinônimo de progresso e revolução como equivalente a retrocesso, desordem e destruição de tudo o que está posto. Para Reclus, evolução é todo movimento de um fenômeno no tempo (que pode ser na direção do progresso ou do retrocesso) e revolução seria a mudanças nas bases, no fundamento do fenômeno. O movimento dialético ocorre na medida em que o fenômeno evolui de forma que provoca o questionamento dos seus fundamentos dando origem a uma revolução, ou seja, na fundação de novas bases, que, por sua vez, inaugura um novo período de evolução. Este movimento compõe, para o pensador, a espiral civilizatória que fornece os elementos para que o fenômeno seja compreendido a partir de sua dinâmica e relações que lhe conferem sentido.

A partir deste aporte teórico, Reclus situa a questão agrária como um dos fenômenos mais importantes da dinâmica social capitalista. Um dos primeiros casos alisados por ele foi o do Brasil, no artigo intitulado *Le Brésil et la Colonisation* (O Brasil e a Colonização), publicado em duas partes no ano de 1862, nos quais profere críticas bastante incisivas relacionadas a organização social brasileira, segundo ele, primeiramente ancorada na posse do escravo e, em um segundo momento evolutivo, na concentração fundiária. Esse movimento “formou uma aristocracia de plantadores (...)” (RECLUS, 1862a, p. 931 – tradução nossa), sem apreço pelo ambiente ou pelos povos indígenas, mas que detém o monopólio da terra e da produção de gêneros para exportação. Além disso, critica o tratamento dado aos imigrantes que em sua maioria trabalhavam em terras de grandes fazendeiros em regime de colonato. Para ele, a promessa de prosperidade feita a estes imigrantes só poderia ser cumprida quando a terra fosse livre. (RECLUS, 1862b)

Na obra *Évolution et Révolution* (Evolução e Revolução), elaborada para um palestra em 1880, ao analisar a insatisfação popular, que poderia ser o estopim para uma revolução, defende que a terra deve ser ocupada apenas por trabalhadores, defendendo, portanto, o principal pressuposto ácrata da questão agrária a partir do pensamento de Bakunin (1873): a terra pertence a quem nela trabalha. Explica, ainda, que a tomada de consciência dos trabalhadores também ocorre a partir da precarização de suas condições sociais.

Agora, o som da revolução ecoa abalando fábricas, parlamentos e tronos. Mas é compreensível que tenha havido um silêncio sinistro no passado, quando a ordem reinava em Varsóvia. No rescaldo de um massacre, há poucos homens que se atrevem a enfrentar as balas. Quando uma palavra ou um gesto é punido com prisão, há poucos homens que têm coragem de se expor ao perigo. São raros aqueles que aceitam passivamente o papel de vítima por uma causa cujo triunfo ainda é distante ou mesmo duvidoso. Nem todos têm o heroísmo destes niilistas russos que publicam jornais no próprio covil dos seus inimigos e os afixam nas paredes entre duas facções. É preciso ser muito dedicado à causa para ter o direito de estar zangado com aquele que não se declara socialista quando seu trabalho depende dele, ou seja, a vida daqueles que ele ama. Mas se todos os oprimidos não têm o comportamento de heróis, não sentem o sofrimento, não sentem o desejo de escapar dele e o estado de espírito de todos aqueles que sofrem como eles e que conhecem a causa criando uma força revolucionária. Em uma cidade onde não há um único grupo de anarquistas, todos os trabalhadores já estão mais ou menos conscientes, aplaudem instintivamente o camarada que lhes fala de um estado social onde não haverá mais mestres e onde o produto do trabalho estará nas mãos do produtor. Este instinto contém o embrião de uma futura revolução, pois dia após dia ele se torna um conhecimento mais claro e distinto. O que o trabalhador sentiu vagamente ontem, ele sabe hoje, e a cada nova experiência o faz conhecer melhor. E os camponeses, que não podem mais se alimentar do produto da sua terra ou que nem terra têm, começam a compreender que ela deve pertencer a quem a cultiva. Sempre sentiram isso instintivamente, mas agora se preparam para falar a linguagem precisa da reivindicação. (RECLUS, 1880b, p. 40-41 – grifo do autor – tradução nossa)

No mesmo ano, publica o famoso texto *Ouvrier, prends la machine! Prends la terre, paysan!* (Operário, tome a máquina! Tome a terra, camponês!) – escrito em forma de artigo, mas publicado como um panfleto para ser distribuído aos trabalhadores de Paris –, no qual defende a união entre operários e camponeses contra a propriedade privada (da terra e dos meios de produção). Para ele, os defensores da propriedade criaram um antagonismo proposital entre os trabalhadores urbanos e camponeses para minar

qualquer tentativa de identificação dos dois grupos em relação às mazelas impostas pelo desenvolvimento do capitalista, o que levaria a constituição de movimentos de trabalhadores em prol da transformação social. Em suas palavras:

Nossos inimigos, os defensores da propriedade privada, sempre alegaram que o seu melhor aliado é o pequeno camponês proprietário. Por ouvi-los, Jacques Bonhomme vigia dia e noite seu pedaço de terra, esperando algum trabalhador “socialista terrível” para agarrá-lo ou pendurá-lo no canto de seu celeiro. De acordo com eles, a diferença de interesses entre o camponês e o trabalhador urbano é tão grande que o antagonismo das duas classes deve permanecer para sempre e, naturalmente, eles contam com esse ódio mortal por manter seu poder e seu dinheiro. (RECLUS, 1880b, p. 2 – tradução nossa)

No mesmo texto, Reclus critica a visão idealizada da maioria dos economistas sobre a vida camponesa, tida por eles como bela e tranquila, e explica que a propriedade da terra está tradicionalmente relacionada ao poder de algumas famílias tradicionais. Neste sentido, em vez de pertencer a quem nela trabalha e produz alimentos, pertence a pessoas que, muitas vezes, sequer visitaram sua porção de terra, como príncipes ou banqueiros.

Árvores frondosas, rios de água pura, um celeiro transbordando, animais de cabelos brilhantes brincando no quintal, um grande fazendeiro com seu bebê, cercado por crianças brincando, dando boas-vindas a um homem sorridente que volta dos campos de cultivo, uma lareira, a comida quente na mesa vista pela porta entreaberta; tudo isso é gracioso e doce. Mas vá ver na região da Silésia, onde esse idílio se transformou num drama horrível. Lá, não há mais fogo, nem refeições, nem roupas: homens, mulheres e crianças estão doentes ou morrendo sobre a terra nua e os ratos famintos vêm devorar os cadáveres! O mesmo acontece com o regime de propriedade privada. A terra pertence a conhecidos personagens: o que é muito ruim para aqueles que não nasceram príncipes ou que não tiveram sorte na vida de se tornarem banqueiros! (RECLUS, 1880b, p. 3-4 – tradução nossa)

No texto *Pourquoi Sommes-nous Anarchistes* (Por que Somos Anarquistas?), de 1886, no qual apresenta os pressupostos basilares do modelo de sociedade defendido pelos ácratas, Reclus defende a coletivização e o uso racional da terra. Afirma que seu parcelamento deve ter como critério principal a garantia do bem-estar das pessoas.

A terra se tornará propriedade coletiva, as barreiras serão removidas e, a partir de daí, as terras pertencentes a todos poderão ser ordenadas para a satisfação e bem-estar de todos. Os produtos demandados serão exatamente aqueles que a terra pode suprir da melhor maneira, e a produção atenderá precisamente às necessidades, sem o desperdício como vemos no trabalho confuso de hoje. Da mesma forma, a distribuição de toda essa riqueza entre os homens será retirada do explorador privado e será feita pelo funcionamento normal de toda a sociedade. (RECLUS, 1886, p. 2 – tradução nossa)

Mas, Reclus desenvolve uma análise política mais profunda da questão agrária na obra *L'Évolution, la Révolution et l'Idéal Anarchique* (A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista), versão estendida e argumentada do texto *Evolução e Revolução*, desenvolvida por ele entre 1891 e 1898, mas publicada apenas em 1902. Esta obra é a mais importante entre os textos políticos do anarquista-geógrafo do ponto de vista teórico. Além de aprofundar a explicação do seu método analítico, detalhando os pressupostos ácratas, neste texto problematiza com maior profundidade as questões relativas à propriedade privada da terra.

Para Reclus, Estado, igreja e capital atuam para que as relações entre eles fiquem cada vez mais difusas, nebulosas na cabeça das pessoas fazendo com que aceitem a dominação e o cerceamento de suas liberdades. A partir desta premissa, conclui que as três instituições são iminigas do pensamento, da igualdade e da liberdade porque compõem a gênese da manutenção da propriedade privada. A alternativa proposta, mais uma vez, seria a união entre dos trabalhadores contra as instituições do poder constituído. Neste contexto, a apropriação da terra pelos camponeses é tão importante para a transformação social quanto a tomada da fábrica pelos operários. Explica que “(...) é pela apropriação da terra e das fábricas, já consideradas como o ponto de partida de uma nova era social, que os trabalhadores de todos os países,

reunidos em congresso, se manifestaram em perfeita concordância”. (RECLUS, 1902, p. 23 – tradução nossa)

Mas, se em várias cidades europeias os operários já começavam a se organizar para a construção de movimentos de resistência pautados por premissas ácratas, no campo a realidade era extremamente diferente. Se os camponeses mal conseguiam se organizar em associações ou cooperativas, como iriam abandonar o medo dos operários e juntar-se a eles em uma união de trabalhadores?

Pensando nesta questão, em 1899 Reclus escreve o texto *À Mon Frère le Paysan* (Ao Meu Irmão, o Camponês) com o intuito de construir um material de capacitação voltado aos militantes anarquistas que fariam o trabalho de base diretamente com os camponeses. Neste texto, ao discutir a conversão dos camponeses em operários (caso não haja união e luta), afirma que a concentração fundiária é primordial para a penetração da lógica industrial no espaço agrário modelada pelo que chamou de exploração científica. Além disso, este cenário geraria, ao mesmo tempo, de um lado uma produção de riqueza jamais vista, de outro, miséria e precarização das relações de trabalho. Ele detalha esta explicação, afirmando que:

Se a felicidade da humanidade consistisse em criar alguns bilionários acumulando, em benefício de seus caprichos e paixões, a riqueza gerada com o esforço de todos os trabalhadores escravizados, essa exploração científica da terra seria o ideal sonhado. (...). A despesa com um salário avarento pago ao trabalhador é mínima, frente aos enormes carregamentos de alimentos que são embarcados em navios e vendidos dez vezes mais caro que o valor da sua produção. (RECLUS, 1899, p. 14 – tradução nossa)

Este cenário descrito por Reclus foi interpretado de maneira mais profunda alguns anos depois em seu último texto discutindo a questão da terra: *La Culture et la Propriété* (A Cultura e a Propriedade), capítulo VII do Tomo VI da obra *L’Homme et la Terre* (O Homem e a Terra), escrito em 1904, mas publicado apenas em 1908, no qual analisa a evolução da propriedade privada da terra em vários lugares do mundo ao longo da história. Para ele, ao mesmo tempo em que a propriedade privada da terra legitima a desigualdade entre os homens, promove o cerceamento de direitos fundamentais como o de ir e vir. Argumenta que “entre as consequências de uma grande propriedade, não devemos esquecer o obstáculo que ela cria à livre circulação, quando as populações vizinhas não conseguiram superar as proibições.” (RECLUS, 1908, p. 285 – tradução nossa). Situa, portanto, a concentração fundiária e a acumulação da riqueza no bojo do processo de reprodução das estruturas de poder.

Um fato capital domina a civilização moderna: o fato da propriedade de uma pessoa poder aumentar indefinidamente e até, em virtude de um consentimento quase universal, abranger o mundo inteiro. O poder dos reis e imperadores é limitado, o da riqueza não. O dólar é o mestre dos mestres. É por ele, antes de qualquer outro motivo, que os homens são distribuídos de várias formas, aqui e ali em cidades, no campo, em oficinas ou fábricas, sendo empurrados ou volta pelo trabalho como se fosse um sedimento de um rio a outro. (RECLUS, 1908, p. 256-257 – tradução nossa)

Percebe-se que o debate da questão agrária em Reclus foi fortemente influenciado pelos apontamentos dos teóricos anarquistas Pierre-Joseph Proudhon (1841) e Mikhail Bakunin (1873) nos quais a luta contra a propriedade privada e a fundação de uma nova sociedade, sem Estado, Igreja e Capital, estaria no cerne da resolução do problema latente no final do século XIX. No entanto, as diversas realidades conhecidas por ele ao longo da vida e sua visão analítica voltada à Geografia lhe apresentaram mais elementos para a compreensão da questão camponesa que seus autores de referência.

A QUESTÃO CAMPONESA PARA ÉLISÉE RECLUS

A análise anarquista de Reclus sobre os camponeses está situada na compreensão das implicações da expansão das relações capitalistas no campo. Mas, enquanto o marxismo discutia o campesinato como modo de produção arcaico e unidade de produção em risco em desaparecimento, os ácratas compreendiam os camponeses como integrantes da classe trabalhadora explorada que tinham sua

liberdade cerceada em virtude da propriedade privada da terra. Outro elemento importante que diferencia as duas análises é o papel dos camponeses na revolução. De forma geral, a compreensão dos marxistas foi fortemente influenciada pelos apontamentos de Karl Marx na obra *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, de 1852, na qual, ao analisar o contexto sociopolítico francês entre 1848 e 1851, que culminou com o golpe de Napoleão III, afirma que:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma Convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade. (MARX, 1982, 144-145)

Esta interpretação apresenta uma avaliação que aponta para a incapacidade de organização social e política dos camponeses. Tal fato é um importante elemento de diferenciação com as teses dos anarquistas, inclusive em relação ao direcionamento do discurso analítico. Enquanto, para os marxistas, os camponeses seriam sujeitos de apoio à revolução, para os anarquistas seriam os sujeitos construtores da mesma. Além disso, enquanto os marxistas falavam sobre os camponeses, os ácratas priorizavam a fala aos camponeses, pedindo a estes sujeitos união e ação, sendo Élisée Reclus um dos mais importantes nesta tarefa, tendo em vista que sua interpretação da questão camponesa foi delineada junto à militância anarquista, para a qual dedicou a maior parte dos seus textos políticos. Sua intensão era o esclarecimento e o engajamento da militância porque seria ela quem teria contato direto e cotidiano com os sujeitos da revolução (operários e camponeses) e que desenvolviam o trabalho de formação e conscientização, ou seja, a base da revolução que fundaria os pilares da sociedade ácrata.

Partindo do pressuposto anarquista da tomada de consciência, cujo objetivo é realizar a emancipação intelectual dos indivíduos e promover a transformação social, Reclus busca utilizar uma linguagem mais acessível nos textos dedicados à explicação de importantes temas às pessoas que iriam ter contato com os camponeses europeus nas duas últimas décadas do século XIX e destaca a importância de compreender as formas como a terra estava sendo apropriada nas ex-colônias europeias, tidas por muitos economistas, agrônomos, empresários e políticos europeus como um exemplo a ser seguido.

Que os camponeses da Europa se mantenham informados! Não duvidem se, em breve, os capitalistas fizerem aqui o que eles consideraram adequado fazer do outro lado do Atlântico, porque, justamente aqueles que nos dão informações sobre fazendas americanas são comissários encarregados pelo governo inglês de importar para a Europa os bons métodos de agricultura. (RECLUS, 1880b, p. 4-5 – tradução nossa)

Reclus buscava destacar o papel fundamental da terra para a manutenção da liberdade da massa camponesa europeia. Para ele, a manutenção das terras comunais e dos laços de solidariedade é o cerne da existência camponesa, pois o processo de precarização da vida e do trabalho camponês se inicia com a transformação das terras comunais em pequenas propriedades individuais, o que abala o equilíbrio social necessário às relações sociais entre estes sujeitos (RECLUS, 1880a, 1880b e 1908). Diante desta realidade, o direcionamento dos textos políticos sobre a questão camponesa tinha por objetivo destacar também a importância da luta, da resistência contra a expansão do capital no campo que, inevitavelmente, geraria ainda mais concentração fundiária, expropriação e precarização das relações de trabalho.

O camponês dono de um pedaço de terra pode aproveitar sua existência, assim como o artesão e o pequeno-burguês, pois chegará o momento em que toda a concorrência com o grande explorador da terra, servido pelo capital e pela máquina, se tornará completamente impossível e, nesse dia, tudo o que lhe restará será tornar-se um mendigo. A menos que, unido ao trabalhador urbano, seu companheiro no trabalho e na miséria, ele finalmente recupere a propriedade comum! (RECLUS, 1880b, p. 7-8 – tradução nossa)

Fica bastante claro que o potencial de ação política dos camponeses não era subestimado, mas deveria ser estimulado pela militância. Apenas desta forma é que a existência camponesa seria possível. No texto *Ao Meu Irmão, o Camponês*, por exemplo, Reclus se dedica a esclarecer a importância da tomada de consciência e da mobilização dos trabalhadores para a transformação social nos moldes anarquistas. Segundo ele, em uma revolução, a terra de concentradores, especuladores e dos que, mesmo não tendo muita terra, exploram o trabalho alheio não será respeitada. As terras serão destinadas às famílias camponesas que atuarão na produção de alimentos para o abastecimento da sociedade. Além disso, o tamanho da área camponesa deverá ser aquele no qual a família seja capaz de cultivar. Entretanto, isso apenas ocorrerá se houver união entre os camponeses, pois, “sozinho, o pequeno camponês é fraco para lutar contra a natureza avarenta, bem como contra o opressor perverso. Se conseguir sobreviver é por muito esforço. Terá de suportar os caprichos do tempo e submeter-se a situações torturantes em muitas ocasiões”. (RECLUS, 1899, p. 3-4 – tradução nossa)

Reconhece que a relação dos camponeses com a terra é muito diferente da estabelecida pelo grande proprietário. Para o camponês, ela ultrapassa a esfera econômica porque a terra é, ao mesmo tempo, local de moradia, trabalho e de solidariedade entre os seus iguais. No entanto, nenhum destes elementos é suficiente para livrá-lo do destinado que expansão da lógica capitalista na agricultura guarda a ele. Amar a terra não é insuficiente! Apenas união e ação política são capazes de mudar o destino que o capital tenta promover. “Se todos os camponeses de uma mesma região tivessem compreendido o quanto a união pode aumentar sua força contra a opressão, certamente, nunca teriam deixado perecer as comunidades dos tempos primitivos (...)”. (RECLUS, 1899, p. 6 – tradução nossa)

Para Reclus, a classe camponesa está no cerne da luta contra o capitalismo porque a lógica que sustenta sua organização é totalmente distinta. O modo de vida camponês é genuinamente associativo, solidário, sustentado por práticas de solidariedade: ajuda mútua, mutirão, troca de alimentos, relações de herança, casamento, trabalho e convivência. O fazer-se da vida camponês, portanto, está ancorado na associação entre iguais na gestão da terra, do trabalho e da vida, forma de organização defendida pelo pensamento anarquista.

A propriedade coletiva dessas associações não é dividida em lotes, divididos por cercas ou valas. Os companheiros não precisam discutir se a espiga que cresce para a direita ou para a esquerda pertence a ele ou não. Nenhum oficial de justiça, advogado ou tabelião é designado para resolver os interesses entre os camaradas. Após a colheita, antes da época da nova aração, eles se reúnem para discutir assuntos de interesse comum: o jovem que se casou, a família que cresceu, explica a nova situação e justifica o uso de uma parcela maior dos bens para atender suas necessidades. As distâncias aumentam ou diminuem de acordo com a extensão da terra e o número de membros, e cada um trabalha em seu campo, feliz por estar em paz com os irmãos que trabalham ao seu lado na terra, de acordo com as necessidades de todos. Em circunstâncias urgentes, os camaradas se ajudam: um incêndio destruiu uma casa, todos estarão envolvidos em sua reconstrução; uma grande enxurrada destruiu uma parte do campo cultivado, outro é preparado para o companheiro prejudicado. Apenas uma pessoa fica responsável pelo pastoreio do rebanho da comunidade e, à

noite, as ovelhas e as vacas sabem como voltar ao estábulo sem serem empurradas para lá. A comuna é, ao mesmo tempo, propriedade de todos e de cada um. (RECLUS, 1899, p. 6-7 – tradução nossa)

Mas a união camponesa deve ser composta também pela ação política para que não haja isolamento ou desaparecimento desta classe social. Além disso, camponeses devem aliar-se aos trabalhadores urbanos contra a precarização das relações de trabalho e das condições de vida já que os senhores de terra e os donos das indústrias têm a justiça, a igreja e política a seu favor. Portanto, de nada valerá a união apenas entre os camponeses de uma comuna, que apenas se juntam quando estão prestes a perder a terra demandada por um senhor.

Vocês são, portanto, fracos, todos vocês, pequenos proprietários, isolados ou associados à comuna, são muito fracos diante dos que procuram escravizá-los, dos que desejam sua terra, dos governantes que buscam levar toda a sua produção. Se vocês não souberem se unir, e não apenas de indivíduo a indivíduo ou de comuna a comuna, mas de país a país em uma grande internacional de trabalhadores, em breve terão o destino de milhões e milhões de homens que já estão privados do direito de semear e colher, que vivem na escravidão do assalariamento, apenas encontrando trabalho quando os patrões têm interesse em empregá-los, e forçados a implorar, muitas formas, às vezes de forma humilhante, pedindo para serem contratados, estendendo as mãos para implorar emprego a um avaro mesquinho. Eles foram privados da terra, e você pode ser privado da sua terra amanhã. (RECLUS, 1899, p. 5 – tradução nossa)

O profundo conhecimento da realidade agrária norte americana forneceu a Reclus importantes elementos para sustentar seu discurso direcionado aos camponeses, baseado na luta contra a grande propriedade capitalista, sustentada pela monocultura e pelo assalariamento. Além disso, seus estudos sobre revolução e dignidade humana lhe permitiram propor alternativas para a luta contra o processo de expansão do capitalismo, tanto no campo quanto na cidade. Para ele, antes das barricadas serem erguidas é preciso que a revolução aconteça na mente e nos corações dos trabalhadores (RECLUS, 1902). A partir desta ideia, em seus textos políticos nos quais abordou a questão, Reclus criou uma espécie de grito de guerra, para evocar os trabalhadores para a luta:

Negro da fábrica, Condenado da mina, Miserável do campo, Levanta-te, povo poderoso: Operário, tome a máquina! Tome a terra, camponês! (RECLUS, 1880a, p. 8; 1880b, p. 39; 1902, p. 261-262 – tradução nossa)

Percebe-se que a tomada de consciência para ação voltada à transformação do modelo de sociedade que está posto sempre esteve presente na análise de Reclus sobre o campesinato. Mas, no início do século XX, ao escrever sua última grande obra (*L'Homme et la Terre* – O Homem e a Terra), reconhece textualmente aquilo que há pelos menos duas décadas observava: o desaparecimento do campesinato – tese defendida por Marx, Lênin e Kautsky.

(...) o camponês como tradicionalmente conhecemos está em vias de desaparecimento. Ao mudar a forma de posse da terra, ele mudará na mesma proporção. Mesmo o pequeno proprietário que tenta seguir os passos do pai se agarrando desesperadamente à velha rotina da agricultura não pode ignorar os métodos do seu vizinho, nem pode fechar os ouvidos às histórias que ouve nas feiras. Ele percebe que o círculo de interesses à sua volta está se fechando, mesmo que não entenda claramente, sabe, por exemplo, que o trigo russo e o milho americano competem com os seus produtos e diminuem o seu valor de venda. Além disso, está cada vez mais afetado pela especialização do trabalho, o que lhe aproxima da situação dos trabalhadores urbanos em virtude do seu envolvimento com a grande indústria. À medida que a exploração da terra se tornou mais científica, consegue perceber que as diferenças com os trabalhadores da cidade diminuem. De proletário a proletário, as classes se confundem, como já ocorreu entre os senhores de terra e os proprietários da indústria. (RECLUS, 1908, p. 294 – tradução nossa)

Mas, mesmo compreendendo que o desenvolvimento do capitalismo no campo levará ao desaparecimento dos camponeses, transformando-os em proletários, pondera que não haverá um desaparecimento completo, nem da classe camponesa, nem das terras de uso comum porque, mesmo em menor número, serão territórios de resistência à lógica capitalista e de reprodução do seu modo de vida.

Tomando como exemplo a grande expansão da propriedade privada da terra na Europa entre os séculos XVI e XIX, afirma que:

De fato, não existe um único país na Europa em que as tradições das antigas propriedades comunitárias tenham desaparecido completamente. Em determinadas regiões de Ardenas e nas encostas íngremes da Suíça, onde os camponeses não precisavam sofrer um esmagamento semelhante ao que atingiu os aldeões alemães após as guerras da Reforma, as propriedades comuns ainda são amplas o suficiente para constituir uma parte considerável do território. (RECLUS, 1908, p. 268 – tradução nossa)

Reclus pondera, ainda, que os elementos costumeiros, relacionados à moral camponesa e criados a partir do suprimento de necessidades imediatas (moradia, alimentação, trabalho), os une, desenvolvendo laços de solidariedade entre eles, e são estes laços que conformam a resistência camponesa. Entretanto, embora possam retardar o processo de expansão da propriedade privada da terra e da lógica da produção industrial no espaço agrário, o modo de vida camponês está constantemente sob ameaça. (RECLUS, 1908)

CONCLUSÃO

Os impactos sociais e territoriais da expansão da propriedade privada da terra no século XIX foram o fio para várias interpretações sobre a questão agrária no capitalismo. Mas esse debate ficou por muito tempo centrado na oposição teórico-metodológica, e política, entre liberais e socialistas fazendo com que outras análises, como a anarquista, fossem relativamente negligenciadas pelos estudos posteriores.

Após o rompimento entre socialistas e anarquistas no Congresso de Haia, em 1872, o pensamento ácrata relativo à penetração das relações capitalistas e da lógica industrial no campo se desenvolveu de forma mais fiel às suas premissas. O aporte teórico-metodológico de Reclus aplicado ao estudo da questão agrária, e mais especificamente à compreensão da questão camponesa no capitalismo, é um grande exemplo desta fidelidade. Além disso, é importante destacar o pioneirismo dos ácratas na criação de um projeto coletivista propondo alternativas à conflitualidade estabelecida no espaço agrário, pensado, debatido e proposto quase duas décadas antes do socialista, no qual Reclus participou ativamente.

Entre as principais divergências entre socialistas e anarquistas, as quais Reclus contribuiu para sua elucidação, estão: o papel do Estado na transformação social, o potencial de organização dos camponeses, a mudança no modo de vida camponês a partir do declínio das terras de uso comum e a relação dos camponeses possível conversão de alguns de uma pequena parte de camponeses em pequenos burgueses.

Se, para os socialistas o Estado deveria existir para, junto ao povo e respeitando seus interesses, promover a transformação da sociedade para uma organização mais justa, para os ácratas o Estado corrompe e é corrompido por aqueles que detêm o poder. Assim, não há que se pensar na existência do Estado, como defendeu Reclus em todas as suas obras políticas.

Em relação ao potencial de organização dos camponeses apontado por Reclus, a análise dos fundamentos programa coletivista dos ácratas, base teórica para o desenvolvimento da sua interpretação sobre a questão agrária, é bastante reveladora das divergências com os socialistas. Para os anarquistas, os camponeses são sujeitos coletivos (no modo de vida, no trabalho etc.), portanto, consideraram que Marx subestimou a capacidade destes sujeitos na organização e ação na sociedade. Portanto, os anarquistas são negam a compreensão dos camponeses como instrumentos da revolução ao defender o campesinato enquanto construtores e protagonistas da transformação, juntamente com os operários.

Baseado nos apontamentos de Proudhon e Bakunin sobre a propriedade privada da terra, Reclus defende que a precarização da vida e do trabalho camponês é iniciado com o fim das terras de uso comum, ressaltando que de nada adianta o camponês ser pequeno proprietário porque sua existência social e material é delineada pela coletividade. Partilha, portanto, da ideia dos dois atores referência do pensamento ácrata ao apontar que os pequenos proprietários possuem uma relação antagônica com os seus exploradores, ou seja, Reclus não partilha da tese socialista de que alguns camponeses alcançariam

a prosperidade e passariam a fazer parte da burguesia. Para ele, o que determina a existência e reprodução social camponesa é o trabalho e não a propriedade. Por isso, os ácratas defendem a uma união entre camponesinato e operariado para a construção da revolução de fundaria os pilares da sociedade aos moldes ácratas. No entanto, a união entre os trabalhadores contra Estado, Igreja e Capital, como pregou Reclus em todos os seus textos políticos, deve estar baseada em um ideal popular, construído coletivamente, o que exige um papel ativo da militância junto aos sujeitos da revolução para que os anseios dos camponeses também sejam contemplados, fazendo com que estes sujeitos se vejam representantes e representados na luta pelo alcance deste ideal.

REFERENCIAS

- BAKUNIN, Michel. *Étatisme et Anarchie*. Paris: Stock Éditeur, 1873.
- BRUN, Christophe. *Élisée Reclus: les grands textes*. Paris: Flammarion, 2014.
- CHARDAK, Henriette. *Élisée Reclus: l'homme qui aimait la Terre*. Paris: Éditions Stock, 1997.
- ECCLESHALL, Robert. *Ideologías Políticas*. 3ª edição. Madrid: Tecnos, 2011.
- FERRETTI, Federico. *Élisée Reclus: pour une géographie nouvelle*. Paris: Editions du CTHS, 2014.
- FERRETTI, Federico. *Evolução e Revolução: os geógrafos anarquistas Élisée Reclus e Pêtr Kropotkin e sua relação com a ciência moderna, séculos XIX e XX*. História, Ciência, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, jun. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702018000200553&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 mar. 2020.
- FERRETTI, Federico. *Breve Cronologia da Vida de Élisée Reclus (1830-1905)*. Terra Brasilis [Online], 7, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1764>. Acesso em 20 jan. 2020.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOBBSWAM, E. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LÊNIN, Vladimir. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. *Neoliberalismo e Gozo*. In: VESCOVI, R. C. (Org.). *A Lei em Tempos Sombrios*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2009, p. 51-68.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Avante!, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>. Acesso em: 04 abr. 2020.
- MARX, Karl. *Debates on the Law on Thefts of Wood*. In: MECW. London: International Publishers, 1975.
- NABARRO, Sergio Aparecido. *Modo de Vida e Camponesinato no Capitalismo: contribuições, limites e a construção de um entendimento do camponesinato como modo de vida*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- PELLETIER, Philippe. *Géographie e Anarchie: Élisée Reclus, Pierre Kropotkine, Léon Metchnikoff et d'autres*. Paris: Éditions du Monde Libertaire, 2013.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Qu'est-ce que la propriété? Recherche sur le principe du Droit et du Gouvernement*. Paris : Librairie Prévot, 1841.
- RECLUS, Élisée. *Le Brésil et la Colonisation: le bassin des amazones et les indiens*. *Revue des Deux Mondes*, 15 jun. 1862. Paris, 1862a.
- RECLUS, Élisée. *Le Brésil et la Colonisation: les provinces du littoral, les noirs et les colonies*

allemandes. Revue des Deux Mondes, 15 jul. 1862. Paris, 1862b.

RECLUS, Élisée. Évolution et Révolution. Le Révolté, n° 27, 21 février, p. 1-3. Genebra, 1880a.

RECLUS, Élisée. Ouvrier, prends la machine! Prends la terre, paysan! Genebra: Imprimerie Jurassienne, 1880b.

RECLUS, Élisée. Pourquoi sommes-nous anarchistes? La Tribune des Peuples – Maio/1886. Paris, 1886.

RECLUS, Élisée. À mon frère, le paysan. Genève: Imp. Des Eaux-Vives, 1899.

RECLUS, Élisée. L'Évolution, la Révolution et l'Idéal Anarchique. Paris: Stock Éditeur, 1902.

RECLUS, Élisée. L'Homme et la Terre – tome I – Les Primitifs / Histoire Ancienne. Paris: Librairie Universelle, 1905.

RECLUS, Élisée. L'Homme et la Terre – tome VI – Histoire Contemporaine. Paris: Librairie Universelle, 1908.

RECLUS, Élisée. Développement de la Liberté dans le Monde. Le Libertaire, n° 22 (28 de agosto), n° 23 (04 de setembro), n° 25 (18 de setembro), n° 26 (25 de setembro) e n° 27 (02 de outubro), Paris, 1925.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Du Contrat Social: ou principes du droit politique. Paris: Éditions Garnier Frères, 1962.

SARRAZIN, Hélène. Élisée Reclus: ou la passion du monde. Paris: Éditions du Sextant, 2004.

VIEIRA, Júlia Lemos. O Problema da Propriedade Privada para o Jovem Marx. Revista Trans/Form/Ação, Marília, v. 42, n. 2, p. 123-150, Abr./Jun., 2019.

VINCENT, Jean-Didier. Élisée Reclus: géographe, anarchiste, écologiste. Éditions Robert Laffont: Paris, 2010.

ZAAR, Mirim Hermi. A Questão Agrária na Obra Geográfica de Élisée Reclus. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 9, n. 3, p. 43-62, dez/2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ateliê/article/view/37627>. Acesso em 20 jan. 2020.